

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

JANEIRO/2008 v. 14, n. 01

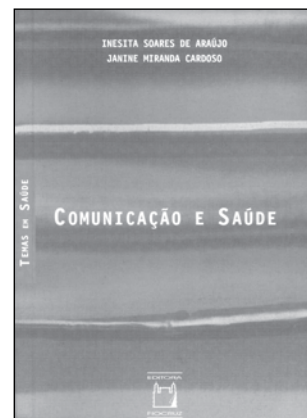
ISSN 0104-9755

IMPRESSO

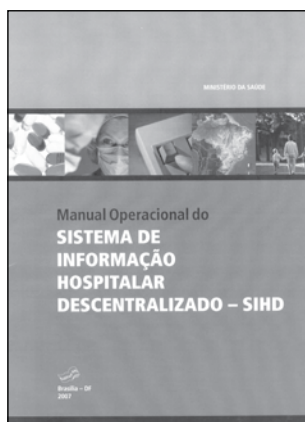
RESUMOS

Comunicação e saúde (Inesita Soares de Araújo e Janine Miranda Cardoso)

O presente livro está organizado de modo a introduzir algumas das principais questões de comunicação e saúde e oferecer outras possibilidades para aprofundamento. Esta publicação apresenta as atuais configurações sobre o tema, constituído por lutas, políticas, teorias, metodologias e processos de formação, em diálogo com as políticas públicas. A relação histórica entre comunicação e saúde suscita uma discussão conceitual sobre a vinculação entre as políticas e as práticas de comunicação na saúde e as relações de poder. Aborda-se também nesta obra o papel da linguagem e das teorias sobre a configuração da realidade na saúde, bem como os principais modelos e as abordagens da comunicação nas instituições de saúde e suas conseqüências, introduzindo os fundamentos de novas possibilidades de se pensar e fazer comunicação referente à área da saúde.



Manual operacional do Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado – SIHD



Este manual traz informações para a utilização do referido sistema, ferramenta essencial da área da saúde que é decorrente da gradativa descentralização do processamento do SIH, iniciado em 2004, após a publicação da Portaria MS nº 821. A implantação do SIHD propiciou à instituição: (1) garantir maior autonomia aos gestores locais para o processamento das informações relativas a internações hospitalares; (2) disponibilizar aos gestores estaduais e municipais instrumentos tecnologicamente atualizados para as atividades de planejamento, acompanhamento, regulação, controle e avaliação; (3) permitir amplo conhecimento das regras do sistema aos gestores, prestadores e profissionais envolvidos na prestação de assistência hospitalar aos usuários do SUS, possibilitando interferir e interpretar o processamento da produção mensal. Entre outras informações, este manual auxilia o usuário a configurar e instalar o sistema, resolver conflitos de endereçamento e realizar a manutenção do disco.

Inovação em saúde: dilemas e desafios de uma instituição pública

A comemoração dos trinta anos do Instituto de Tecnologia de Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) no ano de 2006 ensejou a organização deste livro, publicado a fim de contribuir para as reflexões sobre a ciência e a tecnologia em nosso país, com ênfase no campo da inovação em saúde e da biotecnologia em particular. A bem-sucedida parceria entre a Casa de Oswaldo Cruz e Bio-Manguinhos já redeu trabalhos que se tornaram referências importantes para a comunidade acadêmica. Agora, tal parceria é renovada para tratar da própria trajetória de Bio-Manguinhos, situando-a no âmbito da política de ciência e tecnologia, notadamente de imunização e inovação em saúde. Os textos aqui reunidos apresentam diferentes perspectivas de análise, a fim de estabelecer conexões entre o contexto institucional e o cenário econômico e social, nacional e internacional no período que vem da criação de Bio-Manguinhos, em 1976, até os dias atuais.



MONOGRAFIAS

AIDS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Plano operacional: redução da transmissão vertical do HIV e Sífilis**: Brasil. Brasília, 2007. 23 p. il.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; BERMÚDEZ, Jorge Antônio Zepeda; CASTRO, Cláudia Garcia Serpa Osório de. **Assistência farmacêutica e acesso a medicamentos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 112 p., il. (Série Coleção Temas em Saúde). ISBN 978-85-7541-131-5.

CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. **Inspeção sanitária em abastecimento de água**. Brasília, 2007. 82 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1244-4.

COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 149 p., il. (Série Coleção Temas em Saúde). ISBN 978-85-7541-125-4.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: relatório final**. Brasília, 2007. 146 p. (Série D. Reuniões e Conferências).

EPIDEMIOLOGIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **6ª Expoepi: Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças: anais**. Brasília, 2007. 135 p. (Série D. Reuniões e Conferências). ISBN 978-85-334-1342-9.

HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. 2. ed. Brasília, 2007. 58 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 978-85-334-1337-5.

IMUNIZAÇÃO

AZEVEDO, Nara (Org); GADELHA, Carlos Augusto Grabois (org); PONTE, Carlos Fidelis (Org). **Inovação em saúde: dilemas e desafios de uma instituição pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 424 p., il. ISBN 978-85-7541-134-6.

POLÍTICAS DE SAÚDE

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira (Org). **Análise diagnóstica da Política Nacional de Saúde para Redução de Acidentes e Violências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 349 p. ISBN 978-85-7541-128-5.

PESQUISA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS: 2007**. Brasília, 2007. 126 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 978-85-334-1418-1.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria-Executiva. **Manual operacional do Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado – SIHD**. Brasília, 2007. 44 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1332-0.

TECNOLOGIA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Health technology assessment**. Brasília, 2007. 13 p.

BRASIL. Ministerio de Salud. Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Evaluación de Tecnologías en salud**. Brasília, 2007. 14 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes metodológicas para elaboração de pareceres técnico-científicos para o Ministério da Saúde**. Brasília, 2007. 57 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978- 85-334-1402-0.

BRASIL. Ministerio de Salud. Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciencia y Tecnologia. **Directrices metodológicas: elaboración de informes técnico-científicos para el Ministerio de Salud del Brasil**. Brasília, 2007. 58 p. (Serie A. Normas y Manuales Técnicos). ISBN 978-85-334-1410-5.

BRAZIL. Ministry of Health. Secretariat of Science, Technology and Strategic Inputs. Department of Science and Technology. **Methodological guidelines for appraisals on health technology assessment for the Ministry of Health of Brazil**.

Brasília, 2007. 58 p. (Series A. Norms and Technical Manuals). ISBN 978-85-334-1411-2.

PERIÓDICOS

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA: Jornal oficial da Academia Brasileira de Neurologia. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia, v. 65, n. 4a, dez. 2007.

BULLETIN OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION: The international journal of public health. Genebra: WHO, v. 85, n. 11, nov. 2007.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA = REPORTS IN PUBLIC HEALTH. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 23, suplemento 4. 2007.

CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA. Rio de Janeiro: Abrasco, v. 12, suplemento, nov. 2007.

JORNAL BRASILEIRO DE PATOLOGIA E MEDICINA LABORATORIAL. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, v. 43, n. 5, set./out. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Reumatologia, v. 47, n. 5, set./out. 2007.

RADIS: Comunicação em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 64, dez. 2007.

REVISTA BRASILEIRA SAÚDE DA FAMÍLIA. Brasília: Ministério da Saúde, ano 8, n. 16, out./dez. 2007.

REVISTA BRASILEIRA SAÚDE DA FAMÍLIA. Brasília: Ministério da Saúde, ano 8, nov. 2007. Edição especial.

REVISTA RET-SUS: Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, ano 3, n. 32, out. 2007.

2 de Janeiro

Dia do Sanitarista

A contaminação ambiental por metais pesados, com sua disseminação no solo, na água e na atmosfera, bem como a conseqüente contaminação de alimentos consumidos pelo homem, tem sido motivo de crescente preocupação mundial. Organizações governamentais e não-governamentais, a comunidade científica e os juristas têm se esforçado no sentido de dimensionar a questão e equacionar as soluções que envolvam o comportamento desses metais no meio ambiente. Entre os metais pesados lançados no ambiente, o mercúrio é aquele com maior potencial toxicológico. No Brasil, a utilização do mercúrio destacou-se na atividade de extração de ouro em regiões de garimpo, principalmente na Região Amazônica, onde o mercúrio é utilizado como substância capaz de captar finas partículas de ouro, sendo lançado na atmosfera,

nos rios e lagos durante esse processo, provocando contaminação do ar, do solo, da água e da cadeia trófica aquática. Mediante a ingestão de pescados contaminados com mercúrio, os seres humanos são contaminados. Observa-se que essa atividade garimpeira é realizada de forma desordenada e com ineficiente controle ambiental por parte do Estado, que não

desenvolve a necessária fiscalização, objetivando a preservação do meio ambiente e a saúde da população. Considerando que uma parcela da população brasileira vive próxima aos rios e tem a pesca como a sua principal fonte de alimentação e subsistência, é possível afirmar que, além dos inmensuráveis danos ambientais provocados pela contaminação mercurial dos rios brasileiros, existem ainda danos causados àquelas pessoas que, por motivos diversos, se vêem impossibilitadas de qualquer reação ou possibilidade de prevenção contra os malefícios desencadeados por esse poluente.

O mercúrio é encontrado na natureza sob a forma de mercúrio metálico (Hg⁰), em compostos inorgânicos e em compostos orgânicos. Foi descoberto pelos fenícios em 700 a.C, havendo sido utilizado a partir dessa época também por egípcios, gregos e chineses para a extração de ouro. O metilmercúrio, quer na forma de monometilmercúrio (CH₃Hg⁺), quer na de dimetilmercúrio (CH₃HgCH₃), é o mais importante

do ponto de vista toxicológico, devido à sua alta toxicidade. Estudos demonstram a alta prevalência de metilmercúrio nos organismos aquáticos, o que, em termos de saúde pública, torna-se altamente relevante. A *Food and Agriculture Organization* publicou artigo no qual estima que atualmente dez milhões de pessoas pelo mundo estão envolvidas com atividades de garimpo utilizando o processo de amalgamação. O mercúrio é muito perigoso quando aquecido, visto que emite gases altamente tóxicos. Essa característica é de muita importância não só em termos de poluição ambiental, mas principalmente em termos de saúde ocupacional entre os garimpeiros e trabalhadores das casas de ouro. É utilizado principalmente como catalisador na indústria de cloro-soda. Também é usado em baterias domésticas, em vários tipos de lâmpadas e diversos

materiais elétricos. Também entra como elemento em instrumentos de medição e calibração como termômetros, barômetros, manômetros, etc. Na odontologia, é utilizado em amálgamas para restaurações. É ainda usado como detonador em explosivos, na produção de ácido acético e acetaldéido, na taxidermia, em fotografia, na pintura e na produção de seda industrial.

Sua utilização na agricultura como fungicida em sementes de alimentos foi proibida em vários países, inclusive no Brasil. Deixou também de ser utilizado em camadas de revestimento de espelhos, na produção de vidros, no tratamento de feltro e como fungicida em papéis, devido principalmente às questões de saúde ocupacional. Com a crescente preocupação mundial relacionada à contaminação mercurial do meio ambiente, há um esforço generalizado em busca da diminuição de sua emissão antropogênica na atmosfera. Assim, legislações de vários países têm estabelecido medidas de controle de sua utilização industrial. Entretanto, sua utilização mundial na atividade mineradora de ouro ainda permanece de forma proporcional à produção aurífera de cada região, contrapondo-se à tendência internacional de diminuição das emissões ambientais desse poluente, sendo considerada pela Organização Mundial da Saúde como preocupante em países como China, Filipinas, Tanzânia, Indonésia, Vietnã e Brasil.



Texto adaptado da publicação "Questões atuais de direito sanitário" (Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006).